

Eduardo Rodrigues Barcellos

**A REFORMA
PROCESSUAL PENAL
QUANTO À FASE POSTULATÓRIA**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-677-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 Curitiba Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Barcellos, Eduardo Rodrigues.

B242 A reforma processual penal quanto à fase postulatória./
Eduardo Rodrigues Barcellos./ Curitiba: Juruá, 2021.
88p.; 21 cm

1. Processo penal – Teoria geral. 2. Processo penal –
Reforma. I. Título.

CDD158.24 (22.ed)
CDU 159.922.7

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNCIONALISMO JURÍDICO	13
2 MUDANÇA DE CONCEPÇÃO DO ESTADO E DO CONCEITO DE SOBERANIA	17
3 A FUNÇÃO DO PROCESSO PENAL E A NECESSIDADE DE UMA RELEITURA DA TEORIA GERAL DO PROCESSO	19
4 PROCESSO E PROCEDIMENTO	23
5 PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS	27
5.1 GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	29
5.2 GARANTIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	30
5.3 GARANTIA DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO	32
5.4 GARANTIA DO JUIZ NATURAL	33
5.5 PRINCÍPIO DA PARIDADE DE ARMAS	34
5.6 GARANTIAS PROCESSUAIS NA CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	35
6 DO PROCEDIMENTO E SUA EVOLUÇÃO TEMPORAL	37
7 O PROCEDIMENTO DENTRO DA PERSPECTIVA DO DIREITO COMUNICATIVO	51
8 DISPOSIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS NO CAMPO DO PROCESSO PENAL APÓS A REFORMA DE 2008	55
9 PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO APÓS A REFORMA DE 2008	59
10 CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS	77
ÍNDICE REMISSIVO	79